

PROGRAMA 2082

POLÍTICA EXTERNA

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) levou adiante, em 2016, uma nova política externa representativa dos valores e interesses fundamentais do Brasil e de sua sociedade, com o objetivo de contribuir de maneira concreta para o desenvolvimento socioeconômico do país e para a consolidação da posição brasileira como ator relevante no cenário internacional. Essa nova política externa tem como eixos fundamentais a defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos, a maior inserção nos eixos dinâmicos da economia mundial, o exercício da liderança natural do Brasil em temas de desenvolvimento sustentável e o fortalecimento do universalismo de nossas relações exteriores, por meio da ampliação das relações com países de diferentes regiões e níveis de desenvolvimento.

PRINCIPAIS RESULTADOS

Seguem abaixo os principais resultados registrados em 2016, organizados conforme os objetivos do programa.

PARTICIPAÇÃO ATIVA E PROMOÇÃO DOS INTERESSES DO BRASIL NOS TEMAS GLOBAIS

Ao longo de 2016, o Brasil empregou a diplomacia presidencial para fortalecer sua posição de ator global. Houve participação presidencial em visitas de reforço das relações bilaterais à Argentina, à Índia, ao Japão e ao Paraguai, e ainda na Cúpula do BRICS (Índia, outubro de 2016), na Cúpula do G-20 (China, setembro de 2016) e na abertura da 71ª Assembleia Geral das Nações Unidas (EUA, setembro de 2016). O titular do Ministério das Relações Exteriores realizou 17 visitas para participar em encontros bilaterais ou multilaterais. O chanceler brasileiro recebeu também ministros das relações exteriores ou do comércio exterior da Argentina, Dinamarca, Finlândia, países Baixos, Paraguai, Suíça, Reino Unido e Portugal.

Ademais, o Brasil sediou a 11ª Cúpula da Comunidade dos países de Língua Portuguesa, nos dias 30 e 31 de outubro de 2016, em Brasília. O evento contou com a participação de presidentes, primeiros-ministros e vice-presidentes de sete dos países-membro da Comunidade, além do Secretário-Geral eleito das Nações Unidas.

O universalismo da política externa brasileira é refletido no fato do país ser um dos poucos no mundo a manter relações diplomáticas com todos os cento e noventa e três membros da Organização das Nações Unidas. Ao longo de 2016, o Brasil fortaleceu sua tradicional atuação nos principais foros multilaterais, trabalhando em defesa da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável, em constante diálogo com a sociedade civil e com os mais variados setores. A atuação do Brasil nos foros multilaterais ocorre em estrita observância ao disposto no art. 4º da Constituição, que estabelece os princípios orientadores de suas relações internacionais, entre eles a solução pacífica de controvérsias, a prevalência dos direitos humanos e o repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Entre as ações mais relevantes de 2016 no contexto multilateral, destacam-se as seguintes: a ratificação pelo Brasil do Acordo de Paris da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC),

a eleição do Brasil para um assento no Conselho de Direitos Humanos (CDH) e a participação do Presidente da República na abertura do debate geral da 71ª Sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (AGNU) e na Reunião de Alto Nível sobre Refugiados e Migrantes, em Nova York, simbolizando o claro compromisso do Brasil com a promoção e proteção dos direitos humanos. Também em 2016, foram regularizados pagamentos a número considerável de organismos multilaterais, dentre eles a ONU, a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na ONU, o Brasil manteve seu engajamento nas negociações sobre reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e, durante a reunião ministerial do G-4 (Brasil, Alemanha, Índia e Japão), à margem da abertura da AGNU, em setembro de 2016, promoveu a criação do Grupo de Amigos da Reforma do CSNU. O Brasil esteve também engajado no processo de revitalização da Assembleia Geral das Nações Unidas, sobretudo nas negociações que resultaram em maior transparência para o processo de seleção do novo Secretário-Geral das Nações Unidas (SGNU), que veio a ser o português António Guterres.

Nos debates do BRICS, do qual também fazem parte a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul, o Novo Banco de Desenvolvimento (NDB, cujo acordo constitutivo entrou em vigor em 3 de julho de 2015) constitui importante instrumento para superar desafios sistêmicos no financiamento do desenvolvimento. As primeiras operações de empréstimos do NDB foram aprovadas em abril e julho de 2016, totalizando US\$ 911 milhões para financiamento de projetos na área de energias renováveis. O Brasil foi contemplado com US\$ 300 milhões (via BNDES) para projetos na área de energia eólica.

INTEGRAÇÃO REGIONAL E DIPLOMACIA ECONÔMICA E COMERCIAL

Em âmbito regional, a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina constitui como objetivo permanente da política externa nacional, previsto na Constituição. Nesse contexto, o Mercosul permaneceu como principal eixo da política brasileira de integração regional. Ao longo de 2016, o Mercosul foi objeto de sérias dificuldades institucionais derivadas do descumprimento dos compromissos de adesão pela Venezuela, resultando em questionamentos sobre seus objetivos e os meios para alcançá-los. Assim, os membros fundadores do Mercosul – Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai – deram início a um esforço conjunto de revitalização do processo de integração econômica e comercial em todas as suas vertentes. Espera-se que, em 2017, possam ser definitivamente superados os obstáculos institucionais, com a retomada do funcionamento pleno do Mercosul.

Em relação a outros países da região, o Brasil desenvolveu, em 2016, uma agenda dinâmica de negociações econômico-comerciais, tanto em temas tarifários quanto não tarifários (serviços, investimentos, compras governamentais e facilitação de comércio). Nesse sentido, foi firmado, em abril passado, o Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru, que tratou de investimentos, serviços, e compras governamentais. Igualmente, iniciaram-se tratativas sobre compras governamentais com o Chile, e avançaram as negociações com o México para a ampliação e o aprofundamento do acordo bilateral de preferências tarifárias, tendo sido realizadas quatro rodadas de negociações.

O Brasil também buscou promover o diálogo entre o Mercosul e a Aliança do Pacífico, que realizaram uma reunião de Vice-Ministros, em Lima, no mês de maio, ocasião em que foi definida uma agenda de temas de interesse comum para amparar a cooperação entre os dois agrupamentos. De outra parte, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Cúpula da Comunidade dos estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac) continuaram sendo foros relevantes de articulação política entre os países da região. Em 2017, o Brasil continuará a favorecer o processo de consolidação institucional da Unasul, com a escolha de um novo Secretário-Geral e a transferência da Presidência *pro tempore* para a Argentina. Já no âmbito da Celac, foi realizada a I Reunião de Ministros das Relações Exteriores Celac-União Europeia, em outubro de 2016, em São Domingos, da qual resultou documento de avaliação de uma série de ações e dos programas.

No que tange à integração da estrutura física regional, o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) se reuniu em *Santa Cruz de la Sierra* (7 de abril de 2016) e em Brasília (21 de dezembro de 2016). Nesta última reunião, os cinco países (Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai) avançaram na negociação de acordo de sede entre o CIH e a Argentina e discutiram aspectos relacionados ao fortalecimento institucional e ao melhor aproveitamento do potencial da hidrovia como rota de comércio. Já no contexto do Corredor Ferroviário Bioceânico Central (CFBC), as negociações entre Brasil e Bolívia encontram-se em estágio de estudos de pré-viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental. As equipes técnicas de ambos os países mantiveram entendimentos em 2016 para avaliar a viabilidade do projeto, que implicaria a revitalização da ferrovia Novoeste, a modernização da Ferrovia Boliviana Oriental e da Ferrovia Andina, assim como a construção da interconexão desses dois eixos ferroviários.

O acesso a mercados de economias mais desenvolvidas é buscado por meio das negociações comerciais tanto no plano multilateral como no plano bilateral e inter-regional. O Brasil dinamizou a negociação de novos acordos bilaterais e regionais, em conjunto com os sócios do Mercosul, tanto na região quanto com parceiros extra-regionais – como a União Europeia, a Índia, a EFTA e o Canadá. O bloco tenciona avançar em conversações sobre outras negociações potenciais, como Líbano, Tunísia, Coreia e Japão. O Brasil, como país emergente com peso modesto nos fluxos internacionais de comércio (cerca de 1,2%), também segue engajado nas negociações em curso na OMC, em diferentes segmentos: redução do apoio doméstico à produção agrícola, disciplinamento de medidas de subsídio à atividade pesqueira, facilitação de investimentos, maior embasamento científico para a aplicação de medidas sanitárias e fitossanitárias, melhor regulamentação do comércio eletrônico, medidas de apoio a pequenas e médias empresas, entre outras.

Paralelamente, o país participa de modo bastante ativo do G-20. Sob a presidência alemã, em 2017, o G-20 deverá dedicar-se à vinculação entre o desenvolvimento econômico e os objetivos de sustentabilidade da Agenda 2030, aos conflitos que minam a estabilidade econômica de países e regiões e às demandas de desenvolvimento da África. O G-20 vem progressivamente alargando a sua pauta de assuntos, o que requer atenção para evitar que se diluam os temas econômico-financeiros.

Em 2016, no campo da promoção comercial, cabe destacar a grande relevância da área de inteligência comercial, que produziu centenas de levantamentos estatísticos sobre comércio exterior, para subsidiar a atuação das diversas áreas do MRE, do governo federal e da iniciativa privada, com vistas a identificar oportunidades de mercado para as exportações brasileiras.

ESTRUTURAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Na área de cooperação internacional, o governo brasileiro deu prioridade a projetos que tenham por objetivo a erradicação da fome e da pobreza, o combate à desigualdade e à exclusão social, a promoção do desenvolvimento sustentável e a formação de capital humano. Em 2016, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Ministério das Relações Exteriores, formulou estratégia de cooperação técnica, cujas prioridades geográficas foram África, América Latina e Caribe. A cooperação com os países de língua oficial portuguesa é prioridade da cooperação brasileira para o desenvolvimento – em 2016, o orçamento destinado à cooperação bilateral com os estados membros da CPLP (Comunidade dos países de Língua Portuguesa) correspondeu a cerca de 30% do orçamento geral da ABC. Esse montante viabilizou a continuidade de 45 ações em diversas áreas de desenvolvimento: saúde, agricultura, educação, formação profissional, justiça, administração pública e desenvolvimento urbano. A pauta de cooperação técnica entre o Brasil e países da África, Ásia, Oceania e Oriente Médio atualmente conta com 19 projetos em execução em 20 países. Essas iniciativas envolvem diferentes setores, sendo a maioria na área de agropecuária, mas há também projetos em saúde, portos marítimos, formação profissional e educação.

Em agosto de 2016, a ABC incorporou às suas atividades as atribuições de cooperação humanitária internacional, respondendo a crises humanitárias mediante doações de alimentos, medicamentos e contribuições financeiras a agências humanitárias do Sistema ONU. Em paralelo, devido à passagem do furacão Matthew pelo Haiti, o Brasil contribuiu com doação de US\$ 250 mil ao programa Mundial de Alimentos (PMA), para a assistência alimentar à população afetada pelo furacão. Ademais, o Brasil atendeu, em coordenação ente o MRE e o Ministério da Saúde, aos pedidos de emergência em Angola, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Portugal, República Dominicana, São Tomé e Príncipe, Trinidad e Tobago e Uruguai, apoiando operacionalmente a doação de cerca de 10 mil toneladas de medicamentos.

BEM-ESTAR DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Em relação à comunidade brasileira no exterior ao longo de 2016, foram realizadas várias medidas para ampliar a oferta e a qualidade dos serviços consulares, tanto no segmento de assistência quanto no de atendimento, o que propiciou uma melhora qualitativa na prestação de serviço pela rede consular brasileira. Estão sendo feitos testes em novo modelo de chip para cadernetas de passaporte que aumentará a segurança dos documentos brasileiros emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores. No âmbito tecnológico e informático, foram estabelecidas como prioridades para 2017 as seguintes ações: continuidade do projeto de implantação do Sistema Consular Integrado – nova geração (SCI.ng) nos postos no exterior; modernização contínua dos equipamentos à disposição da Rede Consular Brasileira; aprofundamento da integração das bases de dados do MRE e da Polícia Federal; início da integração com outros órgãos (SIRC-Cartórios); modernização do design gráfico e ampliação de funcionalidades do SCI.ng; participação no Grupo Técnico (GT), coordenado pela PF, para a modernização do passaporte brasileiro; e ainda participação nos encontros do *ICAO Public Key Directory* (PKD) em Montreal/Canadá.

Em 2016, foram também desenvolvidos esforços para a ampliação da rede de acordos de isenção de vistos e de cooperação jurídica internacional. Entraram em vigor acordos com os seguintes países: Belarus, Cazaquistão, Macedônia, Montenegro e Seicheles (os cinco sobre isenção de vistos); Japão (transferência de pessoas condenadas e facilitação de vistos de turismo); e Suriname (transferência de pessoas condenadas).

Outro fator relevante para os cidadãos foi a entrada em vigor para o país, em 14 de agosto de 2016, da Convenção sobre a Eliminação da Exigência de Legalização de Documentos Públicos Estrangeiros, que simplificou o procedimento de validação (legalização) de documentos estrangeiros – desde que emitidos em estado parte da Convenção – para sua aceitação no Brasil, e vice-versa. Paralelamente, entraram em funcionamento, no final de 2015, com efeitos a partir de 2016, Centros de Processamento de Serviços Consulares (Visa Centers) em Cantão, Pequim e Xangai. No mesmo sentido, estão em etapa avançada planos para o estabelecimento de Visa Centers na África e na Ásia, bem como de visto de turista por via eletrônica, voltado para países de alto potencial turístico e baixo risco migratório. Destaca-se, ainda, o êxito dos esforços do Itamaraty para atender à intensa demanda por vistos para os Jogos Olímpicos Rio 2016. Com relação ao fluxo de migrantes haitianos para o Brasil, o MRE segue atuando em cooperação com os países vizinhos. Foi drasticamente reduzida a entrada irregular de estrangeiros pelo Acre, ao passo que foi expandida a capacidade de emissão de vistos em Porto Príncipe.

PROJEÇÃO DA IMAGEM, DA CULTURA E DA LÍNGUA DO BRASIL NO EXTERIOR

O MRE, por fim, realizou atividades junto à comunidade brasileira com vistas à difusão da língua portuguesa como língua de herança ao longo de 2016, além de manter rede de Centros Culturais e de Leitorados. Também foi dado apoio à realização de eventos culturais, nas mais variadas manifestações artísticas (entre elas o samba, que em 2016 celebrou 100 anos), e às iniciativas voltadas tanto para a troca de experiências entre artistas brasileiros e estrangeiros quanto para o fortalecimento da economia criativa brasileira. As ações tiveram como foco prioritário a América Latina e os países membros da CPLP, dos BRICS e do G-20. Em 2017, pretende-se apoiar a realização de seminários, apresentações musicais, ciclos de cinema, clubes de leitura e residências artísticas. Prevê-se a participação brasileira nas feiras do livro de Havana, Paris, Bolonha, Bogotá, Buenos Aires, Lisboa e Maputo, Pequim e Xangai, Frankfurt e Guadalajara, bem como na Mostra de Arte de Veneza.

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Nesse sentido, a política externa brasileira deve continuar promovendo, em 2017 e até o final da vigência do PPA 2016-2019, a inserção internacional do Brasil e a promoção do intercâmbio comercial, cultural e institucional, entre outras áreas, conforme os objetivos constitucionais e as diretrizes governamentais do país.